Conselho de Gestão da Serra do Japi – 2019/2021

Ata da 14ª Reunião Ordinária

Data: 17 de fevereiro de 2021
Horário: 15 horas
Local: Reunião *online*

Aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, por meio eletrônico, às 15:00 horas, horário da primeira convocação, não houve quórum. As 15 horas e 13 minutos foi alcançado o quórum, com 11 conselheiros titulares presentes, que constam na lista de presença, foram então abertos os trabalhos do Conselho de Gestão da Serra do Japi – CGSJ, em Reunião Ordinária, pela Presidente Raquel Melillo.

Tendo sido atingido o quórum, foi oferecida a palavra aos conselheiros, não houve manifestação. A presidente Raquel encaminhou a reunião com os seguintes assuntos:

1. **Discussão e aprovação da Ata da 13ª Reunião Ordinária** – A ata foi aprovada por unanimidade, mas deve ser reapresentada com a correção de erro no nome do sr. Wagner, citado com erro de grafia.

2. **Ciência dos conselheiros ao parecer técnico do Departamento de Obras da Prefeitura sobre o Processo 8.524/2018, que trata da pavimentação da avenida Aristides Carra** – A presidente Raquel fez a leitura dos pareceres constantes do processo que concluíram que a pavimentação com paralelepípedos, como sugerida no parecer da CT do CGSJ seria inadequada devido à inclinação do terreno, sem no entanto apresentar a medição das inclinações ou medida alternativa. A presidente completou sua fala contando sobre consulta que fez Associação Brasileira de Cimento Portland. Na orientação recebida, o engenheiro declara que hoje em dia existem muitas alternativas para locais inclinados, como a pavimentação com entretravados. O conselheiro Nivaldo declarou que sempre se usou paralelepípedos em áreas íngremes e que existem muitas experiências antigas e satisfatórias. Alegou também que a Serra é área de relevante interesse ambiental e que necessita criar um modelo de pavimentação diferente. Sugeriu mobilizar o COMDEMA e envolver o Ministério Público para conseguir apoio para chegar a um modelo de estrada parque. Propôs também criar um grupo de conselheiros. O conselheiro Henrique lembrou que a entrada de Bragança Paulista, que é bastante íngreme, é pavimentada com paralelepípedos e que o objetivo é passar por cima do parecer dos conselhos. Sugeriu também que o grupo representando o conselho, levasse essa proposta ao Prefeito em reunião. O conselheiro Nivaldo sugeriu ouvir o COMDEMA sobre o tema, pois este é deliberativo, e que de posse do parecer deles, fosse ao Ministério Público. Sugeriu que a Prefeitura quer ganhar no grito por ser mais fácil, pois possuem a usina de asfalto. A conselheira Suzana sugere que se contraponha a posição do engenheiro consultado com o engenheiro da Prefeitura. O conselheiro

Henrique concorda e sugere que seja apresentado o parecer da consulta já realizada à Associação Brasileira de Cimento Portland. O conselheiro Nivaldo comenta que o parecer do CGSJ possui embasamento técnico e é apoiado em legislações. Continua sua fala dizendo que o Fundo do Meio Ambiente poderia ser usado para pagar por consultoria técnica de solo. A conselheira Vânia lembra que movimentar dinheiro do fundo tem um trâmite e que uma resposta técnica já existe. Relatou também que se deparou com trator na avenida, inclusive com supressão de vegetação. Conclui dizendo que não foi cumprido o que foi acordado. O conselheiro Rogério lembra que o Ministério Público já foi acionado e que a situação atual pode ser juntada ao processo, já que possuem o poder de até embargar a obra. A Conselheira Vânia informa que se produzirmos um oficio hoje, seria possível encaminhar ao Prefeito e ela tentaria marcar um horário com ele para receber a comissão de conselheiros. A conselheira Suzana sugere convidar o COMDEMA para compor a comissão. A presidente inicia a confecção do oficio. O conselheiro Henrique lembra que o oficio deve conter a solicitação de que se aguarde para iniciar a pavimentação, pois depois pode ser retomada no formato estrada parque. A conselheira Suzana pondera que devemos acionar o Ministério Público somente em uma situação mais crítica, ao que o conselheiro Henrique concorda. Depois de considerar as diversas possibilidades de composição da comissão optou-se por formá-la com os seguintes participantes: Nivaldo; Henrique; Vânia; e Adriano e Silvia, esta última como presidente substituta do COMDEMA. A suplente Yone opina dizendo que por sua experiência, se não houver promotoria envolvida, não há resolução. O conselheiro Henrique propõe que haja uma reunião entre os membros da comissão, anterior ao encontro com o Prefeito, para alinhamento prévio. Raquel presidente reforça a necessidade de incluir na comissão, a sra. Silvia, presidente em exercício do COMDEMA. A conselheira Vânia se prontificou a solicitar a reunião com o Prefeito, entregar o ofício e informar o grupo da data e horário. Tendo todos os conselheiros aprovado os procedimentos para fazer frente aos despachos apresentados no processo de pavimentação da Aristides Carra, a presidente propôs iniciar o próximo assunto. A conselheira Suzana solicitou que fosse tratado primeiro os “demais assuntos”, o que foi acatado.

3. **Demais assuntos** – A conselheira Suzana pede para falar sobre a colocação de placas demarcando o Circuito Eco Esporte Santa Clara, lembra que há ausência total de infraestrutura e que trata-se da implantação de um projeto de 2018 (Lei 8932/2018), de autoria do vereador Cristiano Lopes, que previa também a instalação de ecopontos e infraestrutura para os visitantes. Além do mais foram divulgadas fotos de uma reunião com o vereador em que estavam presentes a antiga Diretora de Meio Ambiente (Renata Freire) e ela, Suzana, que na época era presidente do Conselho. A colocação das placas significa que tudo está funcionando. Há inclusive uma ciclista famosa de ciclismo de cachoeira. O COMTUR está sabendo disso? São áreas de proteção e tombadas, vão invadir as áreas privadas também? Se manifesta ainda dizendo que o Conselho precisa saber qual é o traçado deste Circuito. O conselheiro Adriano confirma que as placas são por conta do vereador Cristiano Lopes e que tem certeza que serão usadas trilhas como as da Fazenda Vigorelli. A conselheira Vânia diz que sabe que a conselheira Suzana e sua filha Hanna, serão convidadas para um reunião sobre o assunto na Prefeitura e que são ao todo 23 placas. A conselheira Vânia continua ponderando que não há como fiscalizar esta

atividade, posto que atualmente já existem problemas como o de invasão de área da Reserva em que os ciclistas são abordados e resistem em sair alegando que "o legal é dentro, lá na estrada onde é permitido, não tem graça". Lembra também que o aumento de ciclistas vai elevar o risco de acidentes com os animais, prova disto são os animais frequentemente avistados: preguiças, seriemas e paturis. Continua sua ponderação lembrando do custo social dos acidentes humanos, o que também deve aumentar. Completou dizendo que as placas não vão adiantar nada, não vão impedir isso. A conselheira Vânia relata que em meio a este período tão chuvoso, tiveram que apagar um incêndio na mata. Como pode ter ocorrido isto? Alguém pôs fogo? O conselheiro Adriano concorda com as falas anteriores reafirmando que não haverá fiscalização para dar conta do movimento que ocorrerá. O conselheiro Nivaldo relatou a ocorrência de graves acidentes com ciclistas, próximos de pessoas conhecidas suas, em que foi necessário inclusive a remoção por helicóptero. A visitante, Sílvia, presidente em exercício do COMDEMA, pediu a palavra e relatou que na última reunião de seu conselho solicitou vistas ao processo da Lei que criou o Circuito Eco Esporte Santa Clara e informações à UGPUMA sobre o número de placas, o custo das placas e de onde saiu a verba. Desejam saber se houve estudo prévio e o custo para o Município. Relatou também que na mesma reunião discutiram sobre a necessidade de estreitamento de relações com o Legislativo, sobre que existem vários vereadores novos, e que o presidente da câmara será oficiado sobre o interesse do COMDEMA em participar de todas as pautas e discussões que envolvem o meio ambiente, e que os conselhos devem ser ouvidos. Conclui sua fala dizendo que aceita o convite para compor a comissão que irá se encontrar com o Prefeito, mas lembrou que não poderá deliberar nada sem levar antes ao COMDEMA. A conselheira Suzana sinalizou que a atual câmara não é segura para assuntos ambientais, inclusive com vereadores que acabaram por reduzir a área de restrição de fogos de artificio na Serra. A conselheira Sílvia pergunta se os membros presentes do COMTUR tinham conhecimento do colocação das placas do Circuito Eco Esporte Santa Clara. O sr. Ricardo e o sr. Benicio presentes como visitante e representando o COMTUR, dizem que desconheciam a criação da citada rota. Em discussão conjunta os conselheiros apoiam a iniciativa de enviar oficio à Unidade de Mobilidade Urbana pedindo explicações, ao que o conselheiro Adriano responde que a colocação foi por tal Unidade, mas que a iniciativa foi do Desenvolvimento Econômico, agora sob responsabilidade do vereador Cristiano Lopes. A conselheira Vânia lembra aos conselheiros que existe um processo de estrada parque, mas que o processo depois de sair do CGSJ pedindo alguns esclarecimentos, nunca mais retornou. O conselheiro Adriano declarou que o processo de número 31095/2017, sob a instalação de estrada parque interligando com o município de Pirapora, está em sua Unidade, mas que nunca recebeu o despacho de resposta às questões propostas em 14/05/2019 pelo Conselho. A conselheira Vânia pondera que o processo deve retornar, mas com as respostas para que se possa dar prosseguimento. O conselheiro Adriano concorda com a proposta, mas pede que o Conselho solicite por oficio o retorno do processo com o devido despacho de resposta. A presidente Raquel confirmou que será redigido o ofício solicitando o retorno do processo.

4. **Discussão da proposta para alteração do Capítulo VI da Lei 417/04 para a modificação da composição**

do Conselho – A presidente Raquel propôs marcar uma reunião com o Gestor Sinésio sobre o que seria a revisão da 417, somente em seu capítulo VI. O sr. Luis Zambon solicitou a palavra e disse que o Conselho tem que assumir uma postura frente ao problema de quórum. Continua dizendo que desde 2019 o Conselho reclama da falta de quórum, mas não assumiu a modificação na Lei que favoreceria o quórum nas sessões. A conselheira Vânia concordou com a fala do convidado dizendo que, conversando com a câmara, poderíamos conseguir a alteração específica da 417 no Capítulo que diz respeito à formação do Conselho. Usou como argumento a recente apresentação da legislação de bem-estar animal, que foi retirada para novo estudo para depois ser reapresentada. O conselheiro Adriano sugeriu redigir uma minuta de lei específica para a alteração do capítulo VI e que isto dificultaria a modificação pela câmara, de outros capítulos pela câmara. A conselheira Silvia considerou que esta pode ser uma alternativa, mas que é necessário ter um vereador ou vereadores defendendo essa postura de conservar os demais capítulos da 417.

5. No final da reunião a presidente Raquel leu o ofício redigido com objetivo de solicitar a reunião com o Prefeito. Os conselheiros concordaram com o teor do Ofício 01/2021. O conselheiro Henrique sugeriu o envio do documento para o Ministério Público por entender que trata-se reincidência do processo já formado em relação à pavimentação. A conselheira Eliana concorda, dizendo que o Conselho deve ser mais proativo para não ter que ficar quieto depois, quando o dano já ocorreu. O conselheiro Rogerio reitera dizendo que o Ministério Público pode auxiliar, pois possui expertise para a análise e proposição.

6. A presidente questiona os participantes se há mais alguma manifestação, quando o conselheiro Adriano falou sobre o processo 3.002-9/2020-1 que trata da implantação de rede de energia elétrica na Serra do Japi pela CPFL, projeto que não implica supressão ou corte de vegetação por se tratar apenas de extensão de rede. Nesse caso, por não haver descrição de solicitação de intervenção direta que gere alteração na estrutura ou composição da Serra do Japi, o Conselho entendeu que deveria ser objeto de análise da UGPUMA. Então, a conselheira Vânia pede a palavra para dar um aviso. A conselheira pede que as pessoas reportem qualquer visualização de animal silvestre nas vias da Serra, vivo ou morto. Podem ser vídeos ou fotos e se possível, que sejam georreferenciadas. No caso de ser possível, ao menos descrever com precisão o local da visualização.

7. Nada mais sendo tratado, a presidente Raquel encerrou a reunião às 17 h e 10 min.

_____

Raquel Carnivalle Silva Melillo
Presidente do Conselho de Gestão da Serra do Japi – CGSJ

Convidados

Luís Augusto Zambon – Diretor de Apoio a Conselhos e Entidades
Ricardo da Silva – Comtur
Ricardo da Silva - Comtur
Benício Primo – Comtur
Wagner de Paiva – Diretor de Meio Ambiente da Prefeitura de Jundiaí

Conselheiros:

Adriano Jhonny Molina Zonaro

Alex Pereira Pinto

Eliana Carbonari Schiozer

Henrique Parra Parra

Maria Romilda Giulianello Mariotti

Nivaldo Jose Callegari

Raquel Carnivalle Silva Melillo

Rogério Cabrera Merlo

Silvia Regina Reis Santaella

Suzana Traldi

Vania Plaza Nunes

Yone Guatta Candiotto (suplente)